



PREFEITURA DE  
**SÃO BENEDITO DO SUL**  
*Respeito a nossa gente*

PROJETO DE LEI Nº 012/2021

CRIA O SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO  
AMBIENTAL – SISMMA.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO DO SUL-PE**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado de Pernambuco e pela Lei Orgânica Municipal, submete à apreciação da Câmara Municipal o seguinte

**PROJETO DE LEI:**

## **TÍTULO I**

### **DA ESTRUTURA DO SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL**

**Art. 1º** Fica criado o Sistema Municipal de Proteção Ambiental —SISMMA, composto por órgãos e entidades da Administração Municipal, e entidades públicas e privadas encarregadas, direta ou indiretamente, do planejamento, controle e fiscalização das atividades relacionadas ao meio ambiente, bem como da elaboração e aplicação das normas a ele pertinentes.

**Parágrafo único.** O Sistema Municipal de Proteção Ambiental é composto pela seguinte estrutura, assim definida:

I – COMDEMA - Conselho Municipal de Meio Ambiente, órgão permanente, de caráter consultivo, deliberativo e normativo, responsável pelo acompanhamento e implementação da Política Municipal de Meio Ambiente, no âmbito do Município de São Benedito do Sul;

II – FMMA - Fundo Municipal de Meio Ambiente, criado e regulamentado por esta lei, com finalidade de captação, repasse e aplicação dos recursos destinados ao desenvolvimento da política municipal de proteção ao meio ambiente;

III – ÓRGÃO AMBIENTAL MUNICIPAL - Secretaria Municipal de Agroecologia, responsável por coordenar as determinações previstas nesta lei.



PREFEITURA DE  
**SÃO BENEDITO DO SUL**  
*Respeito a nossa gente*

## TÍTULO II

### DA ATUAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

#### CAPÍTULO I

#### DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - COMDEMA

##### SEÇÃO I - DA COMPETÊNCIA

**Art. 2º** Ao COMDEMA compete, enquanto órgão consultivo, deliberativo e normativo do sistema, o exercício das seguintes atribuições:

- I – Propor e formular políticas municipais do meio ambiente e acompanhar a sua execução;
- II – Verificar a compatibilização das políticas públicas do município com relação à preservação ambiental;
- III – Analisar, sugerir alterações aprovar e fiscalizar o plano anual de aplicações do COMDEMA, elaborado pelo ÓRGÃO AMBIENTAL MUNICIPAL;
- IV – Propor e deliberar sobre normas, critérios e padrões técnicos relativos ao controle e manutenção da qualidade do meio ambiente, obedecidas as leis e diretrizes gerais municipais, estaduais e federais;
- V – Fiscalizar o licenciamento de atividades potencialmente geradoras de degradação ambiental;
- VI – Apresentar propostas para formulação do Plano Diretor de São Benedito do Sul, no que se refere às questões ambientais;
- VII – Sugerir alterações na legislação vigente, com vistas a proteção ambiental e preservação dos recursos naturais do município;
- VIII – Manifestar-se sobre convênios de gestão ambiental entre o Município e organizações públicas e privadas;
- IX – Estabelecer integração com órgãos estaduais, federais e internacionais, bem como com os municípios da região, no que diz respeito a questões ambientais;

cl

X – Promover encontros, palestras, seminários e outros eventos sobre temas ligados ao meio ambiente;

XI – Participar das atividades correlatas de competência de outros órgãos ou conselhos Municipais;

XII – Examinar qualquer matéria em tramitação no Município que envolva questões ambientais, a pedido do Executivo Municipal ou por solicitação de no mínimo 1/3 (um terço) de membros do conselho.

XIII – Fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros e materiais destinados pelo Município à questão ambiental;

XIV – Elaborar seu Regimento Interno e submetê-lo à homologação do Chefe do Executivo Municipal;

XV – Exercer outras atribuições que lhe forem delegadas.

## SEÇÃO II — DA COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO

**Art. 3º** O COMDEMA terá a seguinte composição:

I – Representantes de entidades governamentais:

a) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Agroecologia;

b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

d) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras;

e) 1 (um) representante da Secretaria de Assistência Social e Cidadania;

f) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

g) 1 (um) representante da Câmara Municipal de Vereadores;

h) 1 (um) representante de órgão Estadual sediado no município e com reconhecidas ações ligadas a questões que envolvam o meio ambiente (COMPESA/IPA).

II – Representantes de entidades não governamentais:

- a) 1 (um) representante de Associação de Moradores;
- b) 1 (um) representante do Setor industrial, comercial ou de Serviços residente e domiciliado no município;
- c) 1 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, residente e domiciliado neste município;
- d) 1 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar sediado e domiciliado no município;
- e) 1 (um) representante da Associação de Turismo de São Benedito do Sul;
- f) 1 (um) representante de entidades não-governamentais sediadas no município e com relevante atuação ambiental;
- g) 1 (um) representante da Associação dos Agentes Catadores e Recicladores de São Benedito do Sul;
- h) 1 (um) representante das Igrejas.

**§1º** Para integrar o COMDEMA, a entidade já deverá reconhecidamente exercer suas atividades no município.

**§2º** Para caracterizar o quórum deliberativo, a relação das entidades e órgãos do COMDEMA e respectivos representantes deverá ser fixado em locais públicos.

**§3º** Os representantes de entidades terão mandato de 02 (dois) anos, admitida a sua recondução.

**§4º** Quando a representação envolver em uma única vaga dois segmentos ou entidades será assegurada a participação através de revezamento anual entre a titularidade e suplência de seus representantes.

**§5º** Com objetivo de assegurar o regular funcionamento do COMDEMA, se a entidade ou órgão injustificadamente não indicar seus representantes no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento da solicitação para indicação, será procedida sua substituição por ato do poder Executivo Municipal.





**§6º** Havendo a saída ou exclusão de alguma entidade ou órgão, por proposta da Diretoria ao COMDEMA, será indicado para lhe substituir, outro órgão ou entidade que tenha interesse em participar do COMDEMA e cuja inclusão, após apreciação do plenário, receba voto favorável de 2/3 (dois terços) de seus membros presentes;

**§7º** A ampliação ou redução da composição do COMDEMA dependerá da aprovação da maioria absoluta dos integrantes do COMDEMA e sujeitar-se-á a homologação prevista no artigo 4º.

**§8º** Na composição do COMDEMA será rigorosamente garantindo o mínimo de 50%, de entidades não governamentais, não podendo, contudo, a representação de tal segmento superar 60% da totalidade dos integrantes do órgão.

**Art. 4º** Os membros efetivos e suplentes do COMDEMA serão nomeados pelo chefe do Poder Executivo, mediante indicação em documento escrito e assinado pelo representante legal das respectivas entidades nos demais casos, devendo a indicação fazer-se acompanhar da ata em que os associados ou diretoria anualmente deliberaram nova indicação ou ratificaram a anterior.

**Parágrafo único.** Os representantes dos órgãos do governo municipal serão de livre escolha do chefe do Poder Executivo.

**Art. 5º** O COMDEMA será coordenado por uma Diretoria composta por Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, escolhidos em sessão plenária do COMDEMA, especialmente convocada com tal finalidade, com no mínimo 2/3 (dois terços) da totalidade dos integrantes.

**Parágrafo único.** A escolha da Diretoria deverá ocorrer a cada dois anos na semana que acontece a 1ª Reunião Ordinária do ano.

**Art. 6º** As decisões do COMDEMA serão tomadas, com presença de, no mínimo, metade mais um de seus membros.

**Art. 7º** O COMDEMA reger-se-á pelas seguintes cláusulas no que se refere aos seus membros:

I – O exercício da função de conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante;



PREFEITURA DE  
**SÃO BENEDITO DO SUL**  
*Respeito a nossa gente*

II – Serão substituídos os membros do COMDEMA que, sem motivo justificado, faltarem a três reuniões consecutivas ou seis reuniões intercaladas no período de um ano;

III – O conselheiro titular que não puder comparecer às reuniões deverá informar comprovadamente seu suplente sob pena de considerar-se como injustificadas as faltas;

IV – Os membros do COMDEMA serão substituídos mediante solicitação da entidade ou autoridade responsável, observada a regularidade formal da indicação e o disposto nos incisos I e II, do artigo 40;

V – Os conselheiros com comprovada dificuldade de locomoção contarão com favorecimento do município para o deslocamento às reuniões e atividades relacionadas às suas funções;

VI – As despesas com capacitação e formação de conselheiros deverão ser previstas no orçamento municipal e quanto legalmente autorizadas poderão ser ressarcidas;

**Art. 8º** O COMDEMA será regido pelas seguintes disposições:

I – O órgão de deliberação máxima é o plenário, que reunir-se-á ordinariamente, mensalmente e, extraordinariamente, quando convocado pelo presidente ou por requerimento da maioria simples de seus membros;

II – Para a realização das sessões será necessária a presença da maioria simples dos membros do COMDEMA, que deliberará pela maioria dos votos dos presentes;

III – Cada um dos membros do COMDEMA terá direito a um único voto na sessão plenária;

IV – Deverá ser dada a garantia de participação de todos os conselheiros, oportunizando lhes sempre que possível a palavra em igualdade de condições;

V – Sempre que outro conselho comunitário desejar expor assunto de interesse da comunidade, deverá ser assegurada a participação e manifestação de seus representantes, bastando que comprove sua legitimidade e formalize a solicitação à diretoria dos trabalhos;

VI – As decisões do COMDEMA serão consubstanciadas em resoluções e pareceres cujo teor deverá ser amplamente divulgado.

**Art. 9º** Para melhor desempenho de suas funções, observado o disposto no artigo 37 da constituição Federal, o COMDEMA poderá recorrer a pessoas ou entidades para atuarem como colaboradores na formulação da política municipal de meio ambiente ou em atividades de assessoramento voluntário, em assuntos relacionados às atribuições do órgão.

## **CAPÍTULO II**

### **DO ÓRGÃO AMBIENTAL MUNICIPAL**

#### **SEÇÃO I - DA ESTRUTURA**

**Art. 10.** Será parte da estrutura da Administração Pública Municipal o Órgão Ambiental Municipal, denominado de Secretaria Municipal de Agroecologia.

**Art. 11.** A estrutura organizacional básica da Secretaria de Agroecologia disporá da seguinte estrutura administrativa:

I – Secretário Municipal de Agroecologia;

II – Coordenadoria Agroecológica de Planejamento, Fiscalização e Controle;

III – Núcleo Técnico.

**Art. 12.** As despesas decorrentes das ações vinculadas à proteção ambiental correrão por conta de dotação apropriadas, constantes da Lei Orçamentária Anual.

**Art. 13.** Toda a arrecadação da Divisão do Meio Ambiente será recolhida através da Secretária Municipal de Fazenda e terá destinação específica para o FMMA.

#### **SEÇÃO II - DAS COMPETÊNCIAS**

**Art. 14.** A Secretaria de Agroecologia, é o órgão executivo com atribuição, no que compete ao município, de executar a Política Municipal de Meio Ambiente local cabendo-lhe especialmente:

I – Executar, diretamente e indiretamente, a política ambiental do município;

II – Coordenar ações e executar a planos, programas, projetos e atividades de preservação e recuperação ambiental bem como estudar, definir e propor



PREFEITURA DE

**SÃO BENEDITO DO SUL**

*Respeito a nossa gente*

normas técnicas, legais e procedimentos a serem regulamentados pelo COMDEMA, visando a proteção ambiental no município;

III – Identificar, implantar e administrar unidades de conservação e outras áreas protegidas, visando a conservação de mananciais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos e outros bens e interesses ecológicos, estabelecendo normas a serem observadas nessas áreas, obedecendo a legislação estadual e federal existentes;

IV – Informar à população sobre os níveis de poluição, a qualidade do meio ambiente, a presença de substâncias potencialmente nocivas à saúde, no meio ambiente e nos alimentos, bem como os resultados dos monitoramentos e auditorias, que proceder;

V – Incentivar, difundir e executar direta ou indiretamente a pesquisa, o desenvolvimento, a implantação e a capacitação tecnológica para a resolução dos problemas ambientais;

VI – Participar da elaboração zoneamento e de outras atividades de uso e ocupação do solo na zona urbana e rural;

VII – Exercer a vigilância ambiental e o poder de polícia municipal;

VIII – Propor medidas para disciplinar a restrição à participação em concorrências públicas e ao acesso a benefícios fiscais e créditos oficiais às pessoas físicas e jurídicas condenadas por atos de degradação do meio ambiente, administrativas ou judicialmente;

IX – Promover medidas e tomar providências para o cumprimento das decisões administrativas e judiciais relacionadas à área ambiental;

X – Comunicar ao órgão competente do Ministério Público os fatos que possam determinar a atuação civil ou criminal;

XI – Incentivar a comunidade a executar práticas de preservação e recuperação do meio ambiente;

XII – Controlar a fiscalização, em conjunto com os demais órgãos competentes, a produção, armazenamento, transporte, comercialização, utilização e destino final de substâncias, bem como o uso de técnicas, métodos e instalação que





PREFEITURA DE  
**SÃO BENEDITO DO SUL**  
*Respeito a nossa gente*

comportem risco efetivo ou potencial para a qualidade de vida e do meio ambiente;

XIII – Fiscalizar a destinação adequada dos resíduos sólidos e demais agentes de poluição no município;

XIV – Combater as infrações ambientais e aplicar as devidas penalidades aos infratores de acordo com a legislação federal que rege a matéria, aplicando o rito do ato administrativo contido na Lei Federal 9.605/98 e no Decreto Federal 6.514/2008.

XV – Promover a captação de recursos junto a órgãos e entidades públicas e privadas e orientar aplicação de recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das atividades relacionadas com a proteção, conservação, recuperação, pesquisa e melhoria do meio ambiente;

XVI – Convocar audiências públicas, quando necessários, nos termos da legislação vigente.

**§1º** O órgão ambiental competente poderá firmar convênios e protocolos com pessoas jurídicas de direito público ou privado, visando à execução das suas competências indicadas nesta lei.

**§2º** As competências descritas neste artigo não excluem as que são ou forem atribuídas de modo específico aos órgãos estaduais, federais e aos órgãos seccionais municipais integrantes do SISMMA.

### **CAPÍTULO III**

#### **DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

**Art. 15.** Fica criado o Fundo Municipal do Meio Ambiente — FMMA, com finalidade de captação, repasse e aplicação dos recursos destinados ao desenvolvimento da política municipal de proteção ao meio ambiente.

**§1º** Constituirão o FMMA, os recursos provenientes de:

I – Dotação orçamentária;

II – Multas previstas em lei;

III – Contribuições, subvenções e auxílios da União e do Estados, e suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e Fundações;

IV – Convênios, contratos e acordos celebrados entre o Município e instituições públicas e privados;

V – Doações de importâncias, valores, bens móveis e imóveis que venha a receber de pessoas físicas elou jurídicas, de organismos públicos e privados nacionais e internacionais;

VI – Rendimento de qualquer natureza, decorrentes de aplicação de seu patrimônio;

VII – Recursos oriundos de acordos extrajudiciais e de condenações judiciais de empreendimentos sediados no município elou que afetem os territórios municipais, decorrentes de crimes praticados contra o meio ambiente;

VIII – Outros recursos que, por sua natureza, possam ser destinados ao FMMA.

**§2º** O FAMMA será administrado pelo Órgão Ambiental Municipal, cabendo-lhe:

I – Estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos;

II – Submeter ao COMDEMA o plano de aplicação a cargo do FMMA, em consonância com a política Municipal de Meio Ambiente, conforme dispor a Lei;

III – Ordenar empenhos e pagamentos das despesas do FMMA;

IV – Acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas na Política Municipal de Meio Ambiente, em consonância com as deliberações do COMDEMA;

VI – Firmar convênios e contratos, juntamente com o Município, no que se refere aos recursos que serão administrados pelo FMMA, levando ao COMDEMA para conhecimento, apreciação e deliberação de Projetos do Poder Executivos Municipal na área de Meio Ambiente.

**§3º** Para administrar o FMMA será disponibilizado serviços administrativos, responsáveis pela administração, contabilidade, controle e movimentação dos recursos financeiros relativos ao fundo.

**Art. 16.** Para administrar o FMMA, será nomeado um coordenador representante do órgão ambiental municipal, através de portaria do chefe do executivo.

**Art. 17.** Na administração do Fundo, observar-se-ão os seguintes procedimentos:

- I – Abertura de conta em estabelecimentos oficiais de crédito, que será movimentada pelo chefe do Executivo Municipal ou quem este designar; e
- II – Registro e controle escritural das receitas e despesas.

**Art. 18.** São atribuições do Coordenador do Fundo:

- I – Preparar a demonstração mensal de receitas e despesas a serem encaminhadas ao Secretário de Agroecologia do Município;
- II – Manter os controles necessários à execução orçamentária do FMMA referente a empenhos, liquidação e pagamentos de despesas e aos recebimentos das receitas do FMMA;
- III – Manter, em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, os controles necessários sobre bens patrimoniais com carga ao Fundo;
- IV – Encaminhar à contabilidade geral do Município:
  - a) Semestralmente, o demonstrativo de receitas e despesas;
  - b) Anualmente, os inventários dos bens móveis e o balanço geral do FMMA.
- V – Firmar, com o responsável pelos controles da execução orçamentária, as demonstrações mencionadas anteriormente;
- VI – Providenciar, junto à contabilidade geral do Município, as demonstrações que indiquem a situação econômica - financeira geral do FMMA;
- VII – Manter os controles necessários sobre convênios ou contratos de prestação de serviços firmados e envolvendo a gestão ambiental municipal.

**Art. 19.** Os recursos que compõem o FMMA serão aplicados em aquisição de material permanente e de consumo, convênios e capacitação de servidores e de outros instrumentos necessários à execução da política Municipal de Meio Ambiente.



PREFEITURA DE  
**SÃO BENEDITO DO SUL**  
*Respeito a nossa gente*

**Art. 20.** O orçamento do Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente — FMMA evidenciará as políticas e programas de trabalho governamentais, observados os princípios da universalidade e equilíbrio.

**Parágrafo único.** O orçamento do FMMA observará, na elaboração e na sua execução, os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

**Art. 21.** Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

**Art. 22.** O Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente terá vigência indefinida.

#### **TÍTULO IV**

##### **DOS INCENTIVOS**

**Art. 23.** O poder público Municipal pode conceder incentivos fiscais permitidos em lei, no âmbito de sua competência, para as atividades que se destacarem na preservação e promoção do meio ambiente, mediante estudo particularizado aprovado pelo COMDEMA.

#### **TÍTULO V**

##### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 24.** O COMDEMA, no prazo de 120 dias da sanção desta lei, elaborará, aprovará e submeterá seu Regimento Interno à homologação do Prefeito Municipal.

São Benedito do Sul, 23 de novembro de 2021.

  
CLAUDIO JOSE GOMES DE AMORIM JUNIOR  
PREFEITO MUNICIPAL